
Equador: os Huaorani do Parque Yasuní, atacados por grupos madeireiros e petroleiros

No sul do Parque Nacional Yasuní (vide Boletim Nº 96 do WRM) há uma guerra desigual. Lanças contra espingardas.

O Parque Nacional Yasuní abrange 982.000 hectares. Está localizado no território Huaorani, nas províncias de Napo e Pastaza e faz parte da chamada Zona Intangível, onde moram povos das etnias tagaeri e taromenane em situação de isolamento voluntário.

Apesar de que na Zona Intangível estão proibidas as atividades extrativas como a exploração petroleira e o corte de florestas, é verdade que existe lá há tempo uma intensa e violenta exploração florestal presenciada pela polícia, funcionários do meio ambiente e militares. Os caminhões carregados com madeira percorrem impunemente vias fluviais e terrestres e atravessam o acampamento militar.

Cinco blocos petroleiros se impuseram no território huaorani e a companhia Petrobras recebeu licença de exploração florestal. As atividades petroleiras requerem de vias de acesso pelas que entram os madeireiros aos territórios dos Povos Indígenas Isolados. As longas pressões que eles sofrem, por causa da intervenção madeireira, petroleira e turística, têm provocado o genocídio e a desaparecimento de vários desses grupos em reiterados eventos violentos, tais como a massacre de maio de 2003, quando aproximadamente 20 mulheres e crianças do povo tagaeri foram assassinados em Tigüino. Os culpados nunca foram localizados.

As empresas madeireiras organizadas na Associação de Industriais da Madeira (AIMA), Corporação de Manejo Florestal Sustentável (COMAFORS) e a Corporação de Desenvolvimento Florestal e Madeireiro (CORMADERA) divulgaram no início deste mês um comunicado no que tentaram deslindar os nexos entre a exploração madeireira e as violações aos direitos humanos dos grupos Tagaeri e Taromenane. Ao mesmo tempo exigem ao Estado maiores prebendas para suas atividades, tais como dois milhões de hectares para plantações, recursos econômicos e troca de dívida externa para suas atividades de exploração de florestas e monoculturas de árvores, a desregulação de suas atividades e a desvinculação do Ministério do Ambiente do controle das mesmas, a entrega do controle florestal a entidades privadas vinculadas a seus interesses e a promoção de sistemas de venda antecipada de madeira, tudo isso supostamente para uma “exploração florestal sustentável”.

Por sua vez, os Huaorani tinham decidido assumir o controle de seu território ancestral. Em uma assembléia realizada na comunidade de Nemopari em finais do ano passado, resolveram impedir a exploração dos recursos naturais. O conclave huaorani se realizou com a presença de 60 anciões sábios. De acordo com Vicente Enomenga, presidente da organização huaorani, eles recomendaram ao Conselho de Governo, a Organização da Nacionalidade Huaorani da Amazônia Equatoriana (Onhae), o cuidado de seu meio ambiente e de sua vida.

Os Huaorani definiram que estava proibida a entrada de estranhos a seus territórios, o que inclui os

madeireiros provindos tanto do Equador quanto da Colômbia. O vice-presidente do Conselho de Governo advertiu que os povoadores indígenas não se responsabilizam da segurança dos forâneos.

Nesse contexto é que no passado 12 de abril foram alanceados dois madeireiros no setor de Cononaco, na província de Orellana, e em 27 de abril, no sul da referida província, nos limites com Pastaza, fontes do Vicariato de Orellana e um chefe huaorani informaram do assassinato de vários membros da comunidade taromenane e denunciam uma cifra de 30 vítimas.

Mas agora, conforme denúncias da organização equatoriana Acción Ecológica, um silêncio cúmplice se tem instalado ao redor da zona intangível. As lanças achadas revelam que alguma coisa extremamente grave aconteceu, apesar do que pretende-se ignorar a presença de gente armada na região. Os que deram o alarme e aqueles que possuem informação agora estariam amordaçados pelo medo. Ninguém se atreve a falar contra os madeireiros; sua violência, o poder econômico que manejam parecem mais fortes que a justiça e o direito.

Acción Ecológica exige que seja realizada uma investigação séria e imparcial dos fatos e que se tomem medidas de proteção. Essas medidas devem começar por estabelecer uma clara política de respeito pelas áreas protegidas e pelos povos indígenas que habitam nelas e que se detenha qualquer tipo de atividade extrativa em grande escala nesses locais.

Os povos indígenas em isolamento voluntário representam verdadeiros tesouros culturais ao constituírem a vontade de persistência étnica das sociedades da bacia amazônica e ao defenderem através de sua cultura amplas regiões de floresta úmida tropical. Respeitá-los também é proteger as florestas.

Artigo redigido com base em informação obtida de: “ Ecuador: Denuncian genocidio de indígenas Taromenane, en aislamiento, por madereros ”, 12 de maio de 2006, Ivonne Ramos, Acción Ecológica , cbosques@accionecologica.org, foresta@accionecologica.org ; “Conflicto en selva deja dos muertos de los Taromenane”, El Universo, e “ La violencia crece en el Yasuni”

El Comercio , as duas notícias de 29 de abril de 2006, em <http://www.llacta.org/notic/2006/not0429a.htm> ; “ Los sabios huao, a favor de la selva”, El Comercio, 1/11/2006, <http://www.saveamericasforests.org/Yasuni/News/Articles/2006/1-11-06%20EI%20Comercio%20The%20Wise%20Huaorani,%20In%20Favor%20Of%20The%20Forest.htm>